



Número: **0800134-66.2020.8.18.0082**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Aroazes**

Última distribuição : **24/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.657,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EVARISTO MORAIS DE SOUSA (AUTOR)		JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8972367	30/03/2020 09:54	Despacho	Despacho
8969826	25/03/2020 09:53	Certidão	Certidão
8964483	24/03/2020 19:23	Petição Inicial	Petição Inicial
8964487	24/03/2020 19:23	PETIÇÃO INICIAL	Petição
8964489	24/03/2020 19:23	img341	Procuração
8964491	24/03/2020 19:23	1- Bo	Documentos
8964492	24/03/2020 19:23	2- Ato Declaratório	Documentos
8964693	24/03/2020 19:23	4- Documentação Médico- Hospitalar	Documentos
8964695	24/03/2020 19:23	5- Documentos De Identificação Da Vítima	Documentos
8964697	24/03/2020 19:23	6- Radiografia	Documentos
8964698	24/03/2020 19:23	7- Dut	Documentos
8964700	24/03/2020 19:23	9- Comprovante De Residência Da Vítima	Documentos
8964702	24/03/2020 19:23	Titulo Eleitoral	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de Aroazes DA COMARCA DE AROAZES
Rua Coronel Aníbal Martins, S/N, Centro, AROAZES - PI - CEP: 64310-000

PROCESSO Nº: 0800134-66.2020.8.18.0082
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: EVARISTO MORAIS DE SOUSA

Nome: EVARISTO MORAIS DE SOUSA
Endereço: LOCALIDADE REDONDA, S/N, ZONA RURAL, AROAZES - PI - CEP: 64310-000

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ciente do conteúdo abaixo:

DESPACHO-CARTA

1. Adoto o rito ordinário, tendo em vista a complexidade da causa, a possibilidade maior amplitude de defesa e a ausência de prejuízo às partes e de pedido específico da parte autora na inicial para adoção de rito diverso.
2. Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita.
3. Deixo de agendar pedido de conciliação diante da natureza da demanda que efetivamente exige exame pericial.
4. **Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar resposta na forma processual que entender cabível, oportunidade em que deverá especificar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Advirta-se de que, em não sendo apresentada defesa, presumir-se-ão como verdadeiras as alegações fáticas contidas na inicial.**
5. Caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/extintivo/modificativo do direito da parte requerente ou juntada de documentos(exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a resposta e/ou documentos.
6. Determino, desde logo, que a parte Requerida exiba perante esse Juízo cópia do processo administrativo existente em nome do(a) autor(a), bem como quaisquer outras informações e documentos relacionados ao sinistro narrado na inicial.



7. Intime-se a parte autora a respeito desta decisão via Diário da Justiça.
8. Expedientes necessários de ordem, servindo este despacho como mandado de citação, com o acompanhamento das peças pertinentes.
9. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

AROAZES-PI, 25 de março de 2020.

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Aroazes da Comarca de
AROAZES**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA Vara Única da Comarca de Aroazes DA COMARCA DE AROAZES

Rua Coronel Aníbal Martins, S/N, Centro, AROAZES - PI - CEP: 64310-000

PROCESSO Nº: 0800134-66.2020.8.18.0082

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EVARISTO MORAIS DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e do pedido de gratuidade da justiça do processo, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

AROAZES-PI, 25 de março de 2020.

AMADO BATISTA DE OLIVEIRA STORCH
Secretaria da Vara Única da Comarca de Aroazes



PETIÇÃO E DOCUMENTOS ANEXO PDF



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AROAZES-PI**

ACÃO DE COBRANCA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

EVARISTO MORAIS DE SOUSA, brasileiro, casado, trabalhador rural, portador do RG nº 266.076 SSP-PI e inscrito no CPF/MF sob o nº 059.000.118-36, residente e domiciliado na Localidade Redonda, zona rural, CEP 64.310-000, município de Aroazes-PI; vem, mui humildemente, à presença de Vossa Excelência, através de sua procuradora e advogada in fine assinadas, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e 275, incisos I e II, alíneas “d” e “e” do CPC, interpor a presente

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04e portadora do Código FIP 0327, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20.031-205, município do Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada ,pelas razões de fatos e direito a seguir expostas.

1 – PRELIMINARMENTE –

O autor é trabalhador rural, vivendo em condição bem humilde, auferindo renda não superior a 01 (hum) salários mínimo por mês. Compelir-lhe(s) ao pagamento das custas



judiciais, significaria privar o demandante e sua família dos proventos necessários à própria subsistência.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso LXXIV que “o Estado prestará assistência integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.” Neste esteio, veio o artigo 98 da Lei nº 13.105/15, o qual estabelece que **“A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”**

Desta feita, pleiteiam os peticionantes os benefícios da Justiça Gratuita, assegurado pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, nos termos da Lei Federal nº 1.060/50 e nos termos do artigo 98 do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, já que se declara(m) pobre(s) na acepção jurídica e não possui(em) condições para suportar as despesas do processo sem privar-se dos recursos para o seu próprio sustento, conforme declaração acostada nos autos (docs. 03 e 06).

2 – DOS FATOS –

O requerente sofreu um acidente de trânsito no dia 12 (doze) de dezembro de 2018, por volta das 20:30 horas, quando conduzia uma moto de marca/modelo HONDA CG 125 TITAN KS, cor vermelha, gasolina, Placa LWC0784 e Código RENAVAM 00735687218, da Localidade Piripiri Velho a Localidade Redonda; quando, ao tentar desviar de um buraco, perdeu o controle do veículo vindo a ocasionar o acidente, conforme descrito no boletim de ocorrência.

Tendo sofrido uma fratura na omoplata(escápula) e diversas lesões e escoriações, fora socorrido por populares e levado para Hospital Eustáquio Portela para os primeiros atendimentos onde fora submetido a exames e tratamentos. Logo após fora encaminhado para o Hospital da polícia militar de Teresina, onde fora submetido a tratamento (BO em anexo). Atualmente o Promovente encontra-se com capacidade reduzida, estando impossibilitado de exercer qualquer atividade laboral.

Verifica-se que o **requerente encontra-se curado, contudo com seqüelas e debilidade permanente de membro**, conforme os documentos encartados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo. Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre



os quais (**seqüela que serão permanentes e debilidade permanente de membro**), tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Diante da situação a requerente entrou em contato com a seguradora para reaver o seguro, junto com a documentação para requerer seu direito de indenização, onde foi disponibilizado pela empresa requerida míseros R\$ 843,00 (Oitocentos e quarenta e três reais) (Extrato em anexo), valor bem inferior ao realmente devido.

Diante do exposto, não resta alternativa senão ajuizar o presente feito.

3 –DO DIREITO –

Expostos os fatos, claramente se observa a procedência do pleito autoral, senão vejamos:

3.1 - Da Adoção do Procedimento Comum e a Necessidade de Realização de Perícia -

a) Acidente (do latim, *accidens*), é o acontecimento não usual, imprevisto, e nas palavras de Calmon de Passos, o fortuito, inesperado, infeliz, o desastre. Veículo de via terrestre é todo meio de locomoção ou transporte, pode ser impulsionado por motor (trem, automóvel, ônibus), tração animal (carroça) ou tração humana (bicicleta).

O acidente pode envolver apenas um veículo ou vários, incluindo as hipóteses de atropelamentos de pedestres. O veículo pode tanto se envolver em acidente contra outro veículo como atingir um obstáculo estático, mas não prevalece o rito sumário se o acidente foi dentro do veículo, sem o seu envolvimento efetivo. O dano pode ser material ou moral, e pode ter sido causado à coisa ou à pessoa. Também se inclui na hipótese dessa alínea os acidentes causados por veículos marítimos ou aéreos em terra firme. Ademais, “Não importa se o demandado dirigia, ou não, o veículo, na ocasião do dano. Desde que a causa do acidente tenha sido um veículo, a ação de responsabilidade civil movida pela vítima seguirá o rito sumário, mesmo que se trata de responsabilizar terceiros, como o patrão e o preponente, ou o pai ou responsável pelo incapaz.”

b) O art. 3º, §1º, II, da lei 6.194/74 (Lei do DPVAT), dispõe que nos casos de invalidez permanente parcial, o valor da indenização devida deverá ser aferida proporcionalmente ao grau e à repercussão das respectivas lesões. Tal instituto legislativo é corroborado pela Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça que estabelece que “A



indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” **Tal condição de invalidez, por sua vez, verificar-se-á mediante a realização de perícia técnica elaborada, a ser realizada por profissional de saúde competente, o qual atestará se existe tal incapacidade e qual o verdadeiro grau de sua extensão.**

Em casos análogos ao presente, a jurisprudência brasileiro tem entendido ser caso de extinção de processo sem julgamento do mérito a interposição de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ante Juizado Especial. Vejamos:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO MÉDICO OFICIAL. IML/IGP. PERÍCIA OFICIAL. AUSÊNCIA. LAUDO DE INTERNAÇÃO. RELATÓRIO HOSPITALAR. DOCUMENTO PARTICULAR. PROVA PERICIAL. NECESSIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. APELO. CONJUNTO PROBATÓRIO INSÍPIDO. AUSÊNCIA DE PROVA. INDISPENSABILIDADE DE PERÍCIA. CAUSA DE NATUREZA COMPLEXA. ART. 51, II LEI Nº 9.099/95. EXTINÇÃO DO PROCESSO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Somente a prova da debilidade permanente não é suficiente para a comprovação da invalidez, a qual requer uma prova mais robusta eis que, embora admitido o auto de exame de corpo de delito, a sua deficiência não permite aferir a incapacidade e seu grau, eis que, a vedação à realização de prova complexa torna inviável o prosseguimento do feito no âmbito do Juizado Especial Cível, impondo - em regra - a extinção do feito mediante incidência nomológica do art. 51, II, da Lei nº 9.099/95. (...) (TJSC. Recurso Inominado nº 2011.600311-6. 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/SC. Relator: Sílvio Dagoberto Orsatto. Publicação: DJe 13/05/2011) (grifo nosso).

ASSIM SENDO, EMBORA ESTEJA O VALOR DA PRESENTE DEMANDA DENTRO DO LIMITE PREVISTO NA LEI Nº 9.099/95, A CAUSA *SUB OCULI* DEVE SEGUIR O RITO PROCEDIMENTAL COMUM, NOS TERMOS DO ARTIGO 318 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO¹.

3.2 – Da Legitimidade Passiva –

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, encontrando-se portanto legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

¹ “Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.”



A Resolução nº 109/2004 da Superintendência de seguros Privados – SUSEP, vinculada ao Ministério da Fazenda, em seu artigo 5º, §4º, estabelece que,

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.
(...)
§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A Requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda. Sobre o citado princípio o artigo 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74 estabelece que “a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

DESTA FEITA, OBSERVA-SE FACILMENTE QUE É A EMPRESA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. POSSUI LEGITIMIDADE PASSIVA NA PRESENTE DEMANDA.

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.**
1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.
2. **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.**
(...)
6. Agravo regimental improvido. (STJ. AgRg no Ag 870.091/RJ.T4 – QUARTA TURMA. Relator: Ministro João Otávio de Noronha,. Julgado: 20/11/2007. Publicação: DJ 11/02/2008) (grifo nosso).

3.3 – Do Pagamento da Indenização e seu *Quantum* –

Observa-se, conforme o explanado, que o requerente encontra seu direito resguardado nos artigos 3º, incisos I e II e 5º §1º, ‘b’, §§4º e 5º da Lei nº 6.194/74, como segue:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de Invalidez permanente; e

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(...)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

(...)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (grifo nosso)

No caso em tela, é farta a documentação acostada à inicial, fazendo prova verídica do ocorrido, tendo o requerente direito à indenização pelos danos pessoais sofridos.

Com relação ao *quantum*, à luz da citada Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, a indenização deverá ser proporcional ao dano sofrido e ao grau de invalidez, obedecendo as porcentagens trazida em anexo pela Lei nº 11.945/09. Portanto, cabe à parte Demandante importância pecuniária a título de indenização, a qual, no caso em baila, foi fixada por lei em valor equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do Autor, **notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora**, o(a)s Autor(a)s recebeu(ram) um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, ensejando, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais mezinhos princípios do direito. Uma lesão que compromete a vida do Autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo



sequelas permanentes não só físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, no seu valor máximo.

DESSE MODO, EM VISTA DA RECUSA DA SEGURADORA EM PAGAR A INDENIZAÇÃO INTEGRAL PELO SINISTRO, MUITO EMBORA TENHA RECONHECIDO NA VIA ADMINISTRATIVA A INVALIDEZ, NÃO RESTOU ALTERNATIVA SENÃO ACIONAR ESTE PODER JUDICIÁRIO PARA QUE IMPONHA A SEGURADORA A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A COMPLEMENTAÇÃO DA SUA INDENIZAÇÃO, CORRESPONDENDO AO REMANESCENTE DE R\$ 12.657,00 (DOZE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS), A SER DEVIDAMENTE ATUALIZADO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO, ACRESCIDOS CORREÇÃO MONETÁRIA, DESDE A DATA DO SINISTRO, CONFORME DETERMINA O E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A TEOR DO RESP 788.712/RS, E DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO DA SEGURADORA, A TEOR DO RESP 1085564/SP.

Pacífico é este entendimento nas Cortes Pátrias.

Ementa: Seguro obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança. Ilegitimidade passiva rejeitada. Quitação. **A quitação dada pelo beneficiário do seguro obrigatório limita-se ao montante recebido, não possuindo o condão de liberar a seguradora da obrigação pelo pagamento da diferença. Indenização.** Valor quantificado em salários mínimos. Possibilidade. Não há vício de inconstitucionalidade no antigo critério de fixação da indenização referente ao seguro obrigatório, em salários mínimos. **Pagamento parcial na esfera administrativa. Complementação determinada judicialmente.** Condenação que deve levar em conta o salário mínimo vigente na data do pagamento parcial, corrigido desde então. Juros de mora devidos desde a citação. Recurso provido. (TJSP. 2022206620098260100. 28ª Câmara de Direito Privado. Relator: Des. Cesar Lacerda. Julgado: 14/05/2012. Publicação: 16/05/2012) (grifo nosso).

4 – DOS PEDIDOS –

EX POSITIS, vem este causídico, mui humildemente, à presença de Vossa Excelência, requerer que:

A) PRELIMINARMENTE, SEJA DEFERIDO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.060/50, DO INCISO LXXIV, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ARTIGO 98, DA LEI Nº 13.105/15, POR NÃO POSSUIREM OS DEMANDANTES



CONDIÇÕES PARA SUPORTAR AS DESPESAS DO PROCESSO SEM PRIVAR-SE DOS RECURSOS PARA O SEU PRÓPRIO SUSTENTO;

B) SEJA A RÉ CITADA NO ENDEREÇO ACIMA ADUZIDO, PARA, SE ASSIM O DESEJAR, OFERECER SUAS RESPOSTAS EM UM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 335, *CAPUT*, DA LEI Nº 13.105/15, SOB PENA DE, NÃO O FAZENDO, ARCAREM COM OS EFEITOS DA REVELIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 344 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO;

C) A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA SE COMPROVAR O GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR;

D) FRUSTRADA A CONCILIAÇÃO OU DECRETADA A REVELIA, SEJA ACOLHIDO O PEDIDO NA ÍNTEGRA CONDENANDO A EMPRESA REQUERIDA AO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.657,00 (DOZE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS), CORRESPONDENTE À COMPLEMENTAÇÃO DOS R\$ 843,00 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS) E ATUALIZADOS À DATA DA CITAÇÃO (SÚMULA 426 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA) CONDENAÇÃO A TÍTULO DE *QUANTUM INDENIZATÓRIO* POR DANOS PESSOAIS POR INVALIDEZ PERMANENTE; e

E) REQUER, POR FIM, QUE SEJA EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO PARA O PAGAMENTO DA RESPECTIVA INDENIZAÇÃO, SEJA A REFERIDA CORRIGIDA MONETARIAMENTE E ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS, CONFORME REGULAMENTAÇÃO DO SEGURO PRIVADO, CONFORME O ART. 5º, § 7º DA LEI 6.194/74: A INCIDÊNCIA DO JUROS DA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA E A DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE.

POR FIM, O(A)(S) REQUERENTE(S) OPTA(M) PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA (CPC, ART. 319, INC. VII), VISTO NÃO SE FAZER NECESSÁRIA NA PRESENTE AÇÃO.



Protesta(m) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente prova documental e/ou pericial, tudo mais que se fizer necessário para a perfeita resolução da lide, o que fica, desde logo, requerido.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 12.657,00 (doze mil seiscentos e cinquenta e sete reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Aroazes-PI, 20 de fevereiro de 2020.

JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES
OAB/PI nº 9.576



Juliana Nunes

Advocacia e Consultoria Jurídica

Juliana Nunes

Advogada OAB/PI 9576

PROCURAÇÃO AD JUDICIA E AD NEGOTIA

OUTORGANTE: EVARISTO MORAIS DE SOUSA

ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: TRABALHADOR RURAL	TELEFONE:
RG : 266.076	CPF: 059.000.118-36	
ENDEREÇO: LOCALIDADE REDONDA – ZONA RURAL DE AROAZES DO PIAUÍ-PI, CEP:64310-000		

OUTORGADO(S): JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES, inscrita na OAB-PI sob o nº 9576; e **DAVID ARAÚJO MARQUES RIBEIRO**, inscrito na OAB-PI sob o nº 9.704
Com endereço profissional localizado na Rua Epaminondas Nogueira, nº 750, Centro, Valença-PI

PODERES: amplos poderes, *in solidum* ou separadamente, para o foro geral, com a cláusula "ad Judicia", em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final da decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe (s), poderes especiais para prestar declarações, receber citação, confessar, reclamar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, propor execução, requerer falência, habilitar crédito em ação ordinária, procedimento sumaríssimo, ação rescisória, embargos, agravos, representando ainda o (a) outorgante, para o fim do disposto nos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, incluindo também os poderes da procuração "ad negotia", afim de se fazer levantamento de valores creditados em favor do (a) outorgante, através de alvará judicial, RPV ou precatório, junto às instituições financeiras (CEF ou Banco do Brasil), que façam referência aos depósitos judiciais em que o outorgado atuou como patrocinador da ação, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do (a) outorgante.

Aroazes do Piauí - PI 14 de Fevereiro de 2020.

Evaristo morais de souza
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Evaristo Moraes de Sousa, brasileiro, casado, trabalhador rural, portador da Cédula de Identidade RG: 266.076 inscrito no CPF 059.000.118-36, residente e domiciliado na localidade Redonda, zona rural de Aroazes do Piauí- Pi- CEP 64310-000, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Aroazes do Piauí-Pi, 14 / 02 /2020

Evaristo Moraes de Sousa
Evaristo Moraes de Sousa





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



518 v. 1.1

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 214770.000067/2019-45

Complementar ao BO Nº: 214770.000066/2019-17

Unidade de Registro:

Resp. pelo Registro: Carlos Henrique Alves Do Nascimento

Data/Hora: 05/11/2019 - 10:06

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DP DE AROAZES

12/12/2018 - 20:30

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

AROAZES

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Endereço

ESTRADA QUE LIGA O POVOADO REDONDA AO POVOADO PIRIPIRI VELHO, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: EVARISTO MORAIS DE SOUSA

Tipo Envolv.: VITIMA

RG: 266076 SSP PI

Mãe: MARIA SOARES DA COSTA

Pai: BENEDITO MORAIS DE SOUSA

Endereço: POVOADO REDONDA, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: AROAZES

Telefone(s): 89-9978-3736

Nome: MARIA DA CRUZ DA SILVA SOUSA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 1130189 SSP PI

Mãe: FRANCISCA HORMESINA DE MESQUITA

Pai: JOÃO PEREIRA DA SILVA

Endereço: POVOADO REDONDA, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: AROAZES

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

Ano: Placa: Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA. CG 125 TITAN KS

2000 LWC0784 9C2JC3010YR078543

00735687218

Vermelha

Condutor: EVARISTO MORAIS DE SOUSA

End: POVOADO REDONDA Número: Complemento:

Cidade: AROAZES UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

RELATO DA OCORRÊNCIA

A NOTICIANTE NARRA QUE DIA 12/12/2018, POR VOLTA DAS 20:30 H, RETORNAVA DE UMA NOVENA NA LOCALIDADE PIRIPIRI VELHO PARA A LOCALIDADE REDONDA, MUNICÍPIO DE AROAZES-PI, ONDE MORA, COMO GARUPA DA MOTOCICLETA DESCRITA ACIMA, A QUAL ERA CONDUZIDA POR SEU ESPOSO, QUALIFICADO ACIMA; QUE, A CERCA DE 6 KM DE SUA RESIDÊNCIA, SEU ESPOSO E PROPRIETÁRIO DA MOTOCICLETA, AO FAZER UMA MANOBRA PARA DESVIAR DE UM BURACO, DESEQUILIBROU-SE, O QUE OCASIONOU A QUEDA DOS DOIS; QUE FORAM SOCORRIDOS POR POPULARES E TRAZIDOS PARA O HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA, EM VALENÇA-PI, ONDE RECEBERAM OS PRIMEIROS SOCORROS; QUE, POR CONTA DAQUELE ACIDENTE, A NOTICIANTE SOFREU UMA FRATURA NO PÉ ESQUERDO E SEU ESPOSO SOFREU UM DESLOCAMENTO NO OMBRO ESQUERDO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM LAUDOS MÉDICOS; QUE NO DIA SEGUINTE FORAM TRANSFERIDOS PARA TERESINA-PI; QUE SEU ESPOSO FICOU INTERNADO DOIS DIAS NO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR; QUE A NOTICIANTE FOI LEVADA PARA UMA CLÍNICA PARTICULAR (NEOCLÍNICA), ONDE FOI SUBMETIDA A CIRURGIA NO PÉ FRATURADO, FICANDO INTERNADA DOIS DIAS.

Boletim de Ocorrência emitido em: 05/11/2019 09:06 - SisBO@2011-2019 ATI

Página 1/2





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

518 v. 1.1

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 214770.000067/2019-45

Complementar ao BO Nº: 214770.000068/2019-17

ERA O QUE TINHA A REGISTRAR.

Carlos Henrique
Carlos Henrique Alves Do Nascimento - Mat.
AGENTE DE POL

Maria da Cruz da Silva Sousa
MARIA DA CRUZ DA SILVA SOUSA - Noticiante
Responsável pela Informação

Lucy Keiko Leal Parreira
Lucy Keiko Leal Parreira
Delegada Geral de Polícia Civil-PI
Mat.: 196.331-7

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Certifico e dou fé, que a presente
Cópia confere com o original.

Valença, 12/11/19

Em fé da verdade

Ana Cláudia
Ana Cláudia Matão L. F. Chaves Barbosa
Escrevente Autorizada



Ficha de Atendimento (Emergência)

Atendimento: P0226207
Data: 13/12/2018
Funcionario: HENRIQUE

Registro: 7031
Hora: 11:35:00
Tipo: CONSULTA
Sexo: MASCULINO
SUS

Senha **35**

EVARISTO MORAIS DE SOUSA

Nasc.: 16/05/1958 Idade: 60 ANOS, 7 MESES, 28 DIAS Profissão: LAVRADOR
End.: LOCALIDADE REDONDA, 0 - Bairro: ZONA RURAL
Cor: SEM Telefone: () - Mãe: MARIA SOARES DA COSTA

CPF: 059.000.118-36 - RG: 266076 - SUS: 898002963244004

Civil: CEP: 64310000

Cidade: **AROAZES/PI**

Pai: BENEDITO MORAIS DE SOUSA

Clinica: **CLINICA GERAL**

Demanda: DEMANDA ESPONTANEA

Atendimento de **URGÊNCIA**

Procedimentos

0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)

História Clínica/Exame físico:

*Relata acidente motorcyclista
e queixas de dor em ombro e*

Exames Complementares:

RX: Fratura de escápula

Diagnóstico provável:

Prescrição Médica:

CD: Orientação

Imobilização 4/6 pontos.

Anotações da Classificação de Risco

Hora: 11:50:00

Prioridade:

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☐ Amarelo - Urgente ☒ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Queixa/História: ACIDENTE DE MOTO ONTEM ANOITE, RELATA DOR EM BRAÇO E.

Alergias: NEGA ALERGIA MED.

Medicação Usual: NEGA

PA: 130x100 mmHg

TAX: 0°C

FR: 0 mrpm

SAT 02: 0 **97**

Dor:

FC: 71 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

ECG: 0

Observação: NEGA DM E HAS

Conduta: ENC. AO CLINICO

Maryanna Tallyta Silva Barreto
Enfermeira
COREN-PI 487.640

487640 - MARYANNA TALLYTA SILVA BARRETO
Enfermeiro Responsável

Dados da Alta

☐ Alta ☐ Óbito ☐ Evasão ☐ Transferencia Destino:

Hora:

Francisco C. Dantas Terceiro
Médico - CRM-PI 5994
CPF: 022.511.023-85

5994 - FRANCISCO DE CARVALHO DANTAS TERCEIRO

Evaresto Morais de Sousa
EVARISTO MORAIS DE SOUSA
Paciente ou Responsável



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original q
foi apresentado(a) e dou fê.

Em 10/08/19

Setor de Arquivo Técnico do HPM

Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Evairto Joaze de Sousa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 436895/19

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMP
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 159652
	AHI: 2218101169735
FORMA DE ENTRADA: ESTADUAL	

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	CNES 2323451
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	CNES 2323451

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	SEXO	PRONTUARIO
898002963244004	EVARISTO MORAIS DE SOUSA	16/05/1958	M	436595
DOCUMENTO	CPF	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL
266076	89999783736	MARIA SOARES DA COSTA	PAULO MORAIS DE SOUSA	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO	NUMERO / LOITE		
64310000	LOC REDONDA			
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICIPIO	UF	
ZONA RURAL		AROAZES	PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS FRATURA DA OMOPLATA ESCAPULA

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO AS ACIMA

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS) RX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNOSTICO INICIAL M70.1 SINDROME DO MANGUITO ROTADOR	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
--	-------------------	--------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 0301060070 DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA
--

LEITO/CLINICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (MASCULINO)	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM RGPM 105198173-2/ Mat. 14495-9 Chefe do Setor do Arquivo Tecnico
CARATER URGENCIA	DATA SOLICITAÇÃO 15/12/2018
DATA ADMISSÃO 15/12/2018 15:50	DATA ALTA 18/12/2018 09:02
MOTIVO ALTA MELHORADO	CRM: LEANDRO PONCE LEAL CPF: 16778699841

CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE/SÉRIE CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NAO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) PLINIO DOS SANTOS MACEDO CPF: 22758704315	CRM: DATA ANÁLISE: 10/01/2019 10:18:13	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA CPF CRM DATA ANÁLISE
---	--	---

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:
--





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

159652

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2 - CNES 2323451	Atendimento 850391
3 - Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	4 - CNES 2323451	

Identificação do Paciente

5 - Nome: EVARISTO MORAIS DE SOUSA	6 - Prontuário: 436595		
7 - CNS: 707607213731390	8 - Nascimento: 16/05/1958	9 - Sexo: M	CPF: 059.000.118-36
11 - Mãe: MARIA SOARES DA COSTA	12 - Fone: 89-9.99783736 / 999069597	14 - Cor: PARDA	
13 - Resp: PAULO MORAIS DE SOUSA	15 - Ender: POVOADO REDONDA	19 - CEP: 64310-000	
16 - Munic: AROAZES	17 - Cod. IBGE: 220090	18 - UF: PI	RG: 26607-6

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Lesão no ombro
Geleira do, dor e limitação.
Rx - sem fratura

21 - Condições que justificam a Internação:

Internação de lesão no ombro

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Rx e exames físicos

23 - Diagnóstico Inicial:

FRATURA DA OMOPLATA [ESCAPULA]

24 - Cid Princ.: **S421**

25 - Cid Sec.: _____

26 - Cid Causa: **Arterioesclerose 1º TEN PM**
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

Procedimento Solicitado

- 0301060070

28 - Cod. Proced. 0408010177	27 - Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CORPO DE ESCAPULA	Tempo SUS 3		
29 - Clínica: POSTO II	30 - Caráter: 02	Ident.: 1	31 - Documento: CPF 16778699841	32 Doc. Med. Solic. 16778699841
33 - Nome Profissional / Assistente: LEANDRO PONCE LEAL	34 - Data de Solicitação: 15/12/2018	35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante		

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.	39 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Bilhete.	41 - Serie
37 - () Acidente de Trabalho Típico.	42 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE. Empresa	44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetos.			
45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.			

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização: 15/12/18	50 - Ass. Carimbo (RG Conselho)
48 - Documento	49 - Num. Documento	
51 - Assinatura Paciente ou Responsável: Paulo Moraes de Sousa		Usuário: JACQUELINE ALMEIDA Consulta Local: Consulta SUS: 20181213184206 Impressão: 15:47:36





Polícia Militar do Piauí
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	FICHA DE PRONTUÁRIO		15/12/2018
IDEM OUTROS HOSPITAIS SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	Nome: EVARISTO MORAIS DE SOUSA		Pront.: 436595
CLÍNICA	Nasc.: 16/05/1958 Sexo: M	Convênio: SUS - INTERNACAO	
Médico Assistente	Atendimento: 850391	Enfermaria: POSTO II	ENF 205 LEITO Leito: 205
Permanência	Pai: BENEDITO MORAIS DE SOUSA		
CLÍNICA	Mãe: MARIA SOARES DA COSTA		
	RG: 266076		
	Residência:		
	POVOADO REDONDA	Bairro: ZONA RURAL	
	Nr.: 0	Cidade: AROAZES	
	Cep: 64310000	Telefone: 89 - 999783736	

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

*Tranquila no ombro
Deu a limitação funcional*

DIAGNÓSTICO

Provisório:	CID S421	
Principal:	CID	
Procedimento:		
Sintomas e Sinais Principais	Causa Médica	Histo - Patológico:
<i>Deu a mobilização do ombro</i>		<i>Lus Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM RGPM 105196113-2/ Mat. 14495-9 Chefe do Setor do Arquivo Técnico</i>

TRATAMENTO

Tipo:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma <input checked="" type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Médico Cirurgico	<i>Imobilização</i>		<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Médico Cirurgico

DURAÇÃO

Data/Hora de Internação 15/12/2018 15:42:46	Data da Alta: <i>15/12/18</i>	Data da Hospitalização <i>1/1</i>
--	----------------------------------	--------------------------------------

ALTA

Saída	Transferência	Óbito
<input type="checkbox"/> Curado <input checked="" type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Divisão Médica <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Evasão <input type="checkbox"/> P. Ambulatório	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação

THE *15/12/18*

Assinatura: *[Assinatura]*

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520
CEP.: 64014-090 - Teresina - PI. CNPJ.: 07.444.159/0002-25 - CMC. 035.372-8



RISCO CIRÚRGICO CLÍNICO - CARDIOLÓGICO

(205/2)

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME: Emílio Martins de Lima IDADE: 60 SEXO: ☒ M () F DATA: 17/12/20

2. CIRURGIA PROPOSTA:

3. REVISÃO/ANTECEDENTES (S/N)

1. Cirurgia anterior() 2. AVC() 3. Alergia medicamentosa() 5. Diabetes() 6. Dça Art. Coron() 7. ICC()
8. Dça Pulmonar() 9. HAS() 10. IAM() 11. Asma() 12. DPOC() 13. TB() 14. Fumo() 15. Reumatismo()
16. Dça de Chagas() 17. Uso medic() 18. DUAP() 19. Dça Renal() 20. Anemia() 21. Dist. Coagulação()
22. Outros()

COMENTÁRIOS:

2) Peric

4. EXAME FÍSICO - IMPRESSÃO GERAL

- a. ESTADO GERAL: BOM () Regular () Precário () Dispneia () Ictério ()
Cianótico () Mucosa Descoradas () Edema () PVJ Eleva: a ()
b. APARELHO RESPIRATÓRIO: Expansibilidade Normal MV: Normal FTV: Normal
Ruídos adventícios: SIM () NÃO ()
c. APARELHO CIRCULATÓRIO: PA: 120x80 mmHg Pulsos: Regulares FC: 70
Inspeção e Palpação: Normal Ausculta: RC: Normal Bullas: Normal
Sopros: Normal Outros achados: Normal MMII: Normal
d. ABDOMEM - PELE:

5. ÍNDICES DE REFERÊNCIA:

5.1. ÍNDICE DE RISCO CARDÍACO (DESTSKY, 1986):

- (10.) Infarto agudo do miocárdio nos últimos 6m
(5.) Infarto agudo do miocárdio há mais de 6m
(10.) Angina classe III (CCS), limitação importante às atividades físicas diárias
(20.) Angina classe IV (CCS), angina aos mínimos esforços ou repouso
10. Angina instável nos últimos 6m
10. Edema pulmonar na última semana Crisis
(5.) Infarto agudo do miocárdio há mais de 6m
(20.) Estenose aórtica crítica
(5.) ECG recente com ritmo não-sinusal ou extra-sístole atrial
(5.) ECG com mais de 5 extra-sístoles ventriculares no passado
(5.) Estado Geral precário
(5.) Idade > 70 anos
(10.) Cirurgia de Emergência

(CCS: Canadian Cardiovascular Society)

(< 15 pts.) Baixo risco de complicações (> 15 pts.) Alto Risco de complicações

CONCLUSÃO:

(b) NEW YORK HEART ASSOCIATION (NYHA)

- CLASSE I: Ind. com dça. Cardíaca sem limitação da atividade física
CLASSE II: Ind. com dça. Cardíaca com pequena limitação da atividade física
CLASSE III: Ind. com dça. Cardíaca com importante limitação da atividade física
CLASSE IV: Ind. com dça. Cardíaca e incapaz de fazer atividade física

CONCLUSÃO:

(c) AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGY (ASA)

- ASA I: Ind. Saudável
ASA II: Ind. com dça. Sistêmica discreta
ASA III: Ind. com dça. Sistêmica grave/limitação ativ./ não incapacitante
ASA IV: Moribundo; sem esperança de sobrevida p/24hrs cl ou s/ cirurgia

CONCLUSÃO:

(d) ÍNDICE DE RISCO CARDÍACO - GOLDMAN E COL (1997)

1. História: (a) Ind + 70 anos (5pt) (b) IAM prévio (10pt)
2. Ex. Físico: (a) Galope ou estase jugular (11pt) (b) Estenose imp (3pt)
3. ECG: (a) Ritmo não sinusal / BAP (7pt) (b) BVP + 5min (7pt)
4. Estado geral: PaO2 < 60 / PaCO2 > 50 / k < 3 / Creatin > 3 / TGO / TGP anormal
Insf. Hepática / Ind. acamado

ÍNDICE: GRUPO I: (0-5pt) complicação não fatal 0,7% fatal 0,2%
GRUPO II: (6-12PT)..... 5%2%
GRUPO III: (13-25pt)..... 11%2%
GRUPO IV: (+25pt)..... 22%56%

CONCLUSÃO:

EXAMES:

- 1- HT/Hb/Plaq: 120/130/17
2- Leuco/Bi/Seg: 5/0/19
3- Glicose: 98
4- Ur/Cr: 10/8
5- TS/TC: 2/8
6- TGO/TGP: Normal
7- Tropono/CKmb: Normal
8- ECG: Normal
9- Urin. r-i: Normal
10- ECG 2D: Normal
11- US: Normal
12- RX Tórax: Normal
13- TC/RNM: Normal

Dr. Francisco José Lima
CARDIOLOGISTA - CLÍNICO GERAL
CRM-PI 2101

Luis Henrique Vasconcelos Reis 11/10/2011
RGPM 105198193-2/ Mai 11/2015
Chefe do Setor de Arquivo Técnico





POLICIA MILITAR DO PIAUI
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



NOME: **EVARISTO MORAIS DE SOUSA**

MÉDICO

CONVÊNIO: SUS

205-02

IDADE: **60 ANOS**

HEMOGRAMA AUTOMATIZADO SDH-20 LABTEST

ERITROGRAMA

Hemácias em milhões/mm³
Hemoglobina em g/dl
Hematócrito em %

VALORES ENCONTRADOS

4,60

13,0

42,0

VALORES DE REFERENCIA:

HOMEM

4,5 - 6,5

13,5 - 18,0

40,0 - 54,0

MULHER

3,9 - 5,8

11,5 - 16,4

36,0 - 47,0

OBSERVAÇÕES: Hemácias normocíticas e normocrômicas.

LEUCOGRAMA

	VALOR ENCONTRADO		REFERENCIAL	
			4.000	10.000
Leucócitos por mm ³		5.500		
	%	REFERENCIAL	ABSOLUTO	REFERENCIAL
Bastões	0	3	5	
Segmentados	49	50	66	120
Eosinófilos	2	2	4	2000
Basófilos	0	0	1	80
Linfócitos	48	20	30	0
Monócitos	1	4	8	800
Metamielócitos	0	0	1	160
Mielócitos	0	0	0	0

OBSERVAÇÕES:

PLAQUETAS

217.000 mm³

100.000/mm³ - 400.000/mm³

Obs: Plaquetas contadas eletronicamente por impedância elétrica.

OBSERVAÇÕES: Plaquetas Morfológicamente normais e bem distribuídas

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
RGPM 165198193-2/ Mat 14495-8
Chefe do Setor de Arquivo Técnico

TERESINA, 16 DE DEZEMBRO DE 2018

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO
CAP.QOPM - FARMAC. BIOQUÍMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUÍMICO
CRF - PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

"HUMANIZANDO E CUIDANDO BEM DA SUA SAÚDE"

Av. Higino Cunha 1642 - Ilhotas - Fone (86) 3216-1256 Fax (86) 3216-1520
CEP. 64.014-090 - Teresina-PI - C.N.P.J. 07.444.159/0002-25 - C.M.C. 035.372-8



268



POLICIA MILITAR DO PIAUI
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



NOME **EVARISTO MORAIS DE SOUSA** IDADE: **60 ANOS**
MEDICO
CONVENIO: **SUS**

COAGULOGRAMA

RESULTADO

TEMPO DE SANGRAMENTO:	02 min. 00 seg.	REFERENCIAL: Até 3 minutos
TEMPO DE COAGULAÇÃO:	08 min. 00 seg.	De 5 min. Até 10 min.
PROVA DO LAÇO:	NEGATIVO	Negativa
RETRAÇÃO DO COÁGULO:	TOTAL	Normal

OBSERVAÇÃO:

GLICOSE	98 mg/dl	70 - 99 mg/dl
CREATININA	0,8 mg/dl	0,4 - 1,4 mg/dl

TERESINA, 16 DE DEZEMBRO DE 2018

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO
CAP. QOPMS - FARMAC. BIOQUIMICO
CRF / PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUIMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
RGPM 106398193-2/ Mat 14495-9
Chefe do Setor de Arquivo Técnico

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Av. Higino Cunha 1642 - Fone (86) 3216-1240 - Fax (86) 3216-1245
CEP: 64014 - 090 - Teresina-PI. CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-8

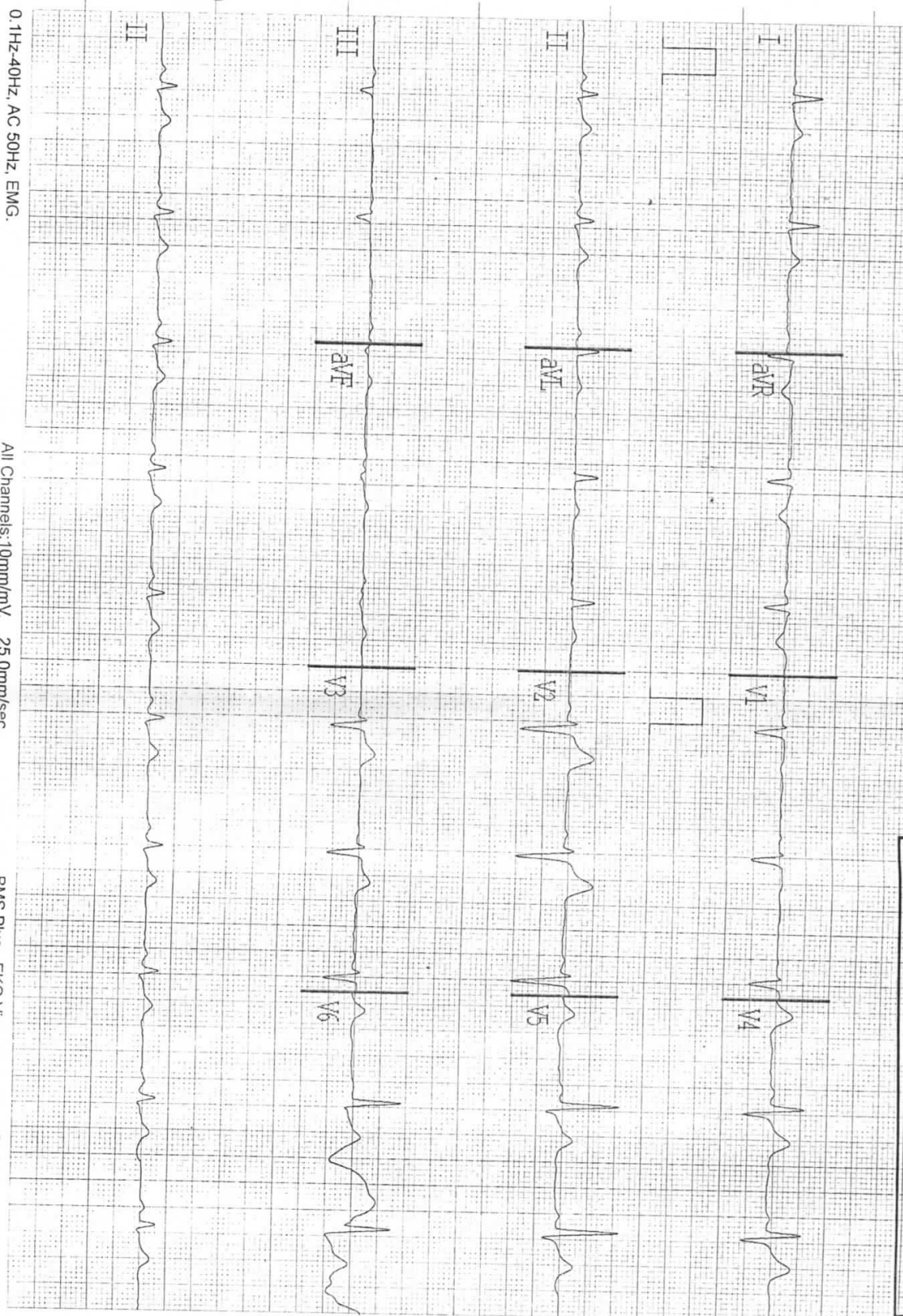


Name: EVARISTO MORAIS PR
Age: 50yrs, Sex: M
H: 0cm W: 0kg

PR int.: 146 ms
QRS dur.: 102 ms
QT/QTc: 406/410 ms
P-R-T axes: 56-3-34

Normal Sinus Rhythm
Normal Axis
[Normal ECG]
Comment:

PACIENTE: EVARISTO MORAIS DE SOUSA
DATA NASCIMENTO: 16/05/1958
MÉDICO SOLICITANTE: DR. JOSÉ ANTONIO



Luis Henrique V. Resende
RGPM 105198193-2/Mai 14/05/9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico





ID: 131404
Paciente: EVARISTO MORAIS DE SOUSA
Idade: 060Y
Sexo: M

HPM



Horas: 09:15
Exame: 17/12/2018

LUS Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN-MQ
RCPM 105198130-24-MAR-14495-3
Criei a partir do Arquivo Técnico





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 131404
PACIENTE: EVARISTO MORAIS DE SOUSA
NOME DA MÃE: MARIA SOARES DA COSTA
DATA DO NASCIMENTO: 16/05/1958
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/12/2018
DATA DO LAUDO: 18/01/2019
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO OMBRO ESQUERDO E CLAVICULA ESQUERDA EM DUAS INCIDÊNCIAS


Esclerose córtico-esponjosa localizada na grande tuberosidade umeral.


Interlinhas articulares preservadas.

Partes moles sem alterações.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Esclerose córtico-esponjosa localizada na grande tuberosidade umeral, compatível com síndrome do impacto.


Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9
Chefe do Setor de Arquivo Técnico


Dra. Liege de Sampaio
Médica
CRM-Pi: 4173

LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO
CRM: 4173

Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 013936196868
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 00735687218 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2019

NOME
EVARISTO MORAIS DE SOUSA

CPF / CNPJ 05900011836 PLACA LWC-0784

PLACA ANT / UF CHASSI 9C2JC3010YR078543

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NENHUMA COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN KS ANO FAB. 2000 ANO MOD. 2000

CAP / POT / CIL 02P/0124CC CATEGORIA PARTICU COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1º ISENTO

FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2º IPVA

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) JOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEM RESTRICÕES OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATÓRIO
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

AROAZES LOCAL DATA 08/04/2019

MINISTRO DE ESTADO DO INTERIO
GABINETE DO MINISTRO

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PI Nº 013936196868 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2019 DATA EMISSÃO 08/04/2019

VIA 1 CPF / CNPJ 05900011836 PLACA LWC-0784

RENAVAM 00735687218 MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN KS

ANO FAB. 2000 CAT. TARIF. 09 Nº CHASSI 9C2JC3010YR078543

PRÊMIO TARIFÁRIO

000,00 (R\$) 000,00 (R\$) 000,00 (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) 000,00 (R\$) 000,00 (R\$)

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 26/03/2019

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.940.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - S/S - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/98

Para contato
conosco, informe
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

0674227-0

Nº da Nota Fiscal 017924307

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
FEVEREIRO/2019	25/02/2019	69	44,11

MARIA DA CRUZ DA SILVA SOUSA
LC REDONDA S/N B-RURAL
CPF: 00027827191819
CEP: 64.310-000 - AROAZES

ROT: 34.431.14.81.001400

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	12966	Atual:	18/02/2019
Anterior:	12897	Anterior:	17/01/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	20/03/2019
Consumo Medido:	69	Emissão:	15/02/2019
Consumo Faturado:	69	Apresentação:	18/02/2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Dias de Consumo:	32
Código de Irregularidade:	FCAM		

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Pat.	Média 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	A747134		1.4.1.1	75

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
JAN/19 65	CONSUMO 30 A R\$ 0,300370 = 9,01
DEZ/18 57	39 A R\$ 0,514933 = 20,08
NOV/18 81	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 4,61
OUT/18 95	DIFERENÇA DE TARIFA 32,28
SET/18 83	SUBVENCAO BAIXA RENDA 22,64
AGO/18 82	MULTA POR ATRASO 01/19-00 0,68
JUL/18 65	JUROS POR ATRASO 01/19-00 0,09
JUN/18 72	
MAI/18 68	
ABR/18 84	

TARIFA SEM TRIBUTOS:
0 A 30 - 0,210590
31 A 69 - 0,361020

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

DEBITOS JA REAVISADOS

Mes/Ano Valor R\$
11/2018 47,26

***** AVISO DE DEBITOS VENCIDOS *****
Informamos existir(em) debito(s) vencido(s) no valor de R\$
*****47,26 (sem acrescimos legais) ate esta data. Caso o(s)
debito(s) ja tenha(m) sido pago(s), procurar uma loja de
atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com o(s) compro-
vante(s) do pagamento.

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCO

CCC3.F175.5FCE.DA2A.D59D.9307.6F5B.06B3

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	12,43	Base de Cálculo:	61,37
Energia:	23,99	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	4,06	Valor do ICMS:	13,50
Encargos:	2,56	Valor do PIS:	0,86
Tributos:	18,33	Valor do COFINS:	3,97

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
DIC		FIC		DMIC		DMIC	
Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral

7,27 14,53 29,06 3,68 7,35 14,70 4,14
0,00 0,00 0,00

VO ORIENTE

Período da
operação:

12/2018

BUSC:

8,27



